

“*Ethos*” e mitos do pensamento único globaltotalitário

Hindenburgo Francisco Pires

Professor Adjunto do Departamento de Geografia
da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Correio eletrônico: hfpires@uol.com.br

Resumo

Este artigo pretende analisar e desmitificar alguns argumentos utilizados pelo pensamento único sobre o processo de globalização contemporâneo a partir de uma perspectiva geoeconômica. Foi produzido no âmbito da pesquisa Tecnologia da Informação Aplicada ao Ensino de Geografia, desenvolvida para a consecução do curso de extensão a distância: “Globalização: Mitos e Realidades no Debate da Geografia”. O curso destina-se a professores e profissionais da área de Geografia, e é financiado pela Sub-Reitoria de Extensão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – SR3/UERJ, e atualmente pelo Centro de Educação Superior do Estado do Rio de Janeiro – CEDERJ: http://www.educacaopublica.rj.gov.br/menucentral/mc_curs_oficinas.htm.

Palavras-chave

Geografia – ethos – pensamento único – globalização – ideologia – mito.

Terra Livre	São Paulo	n. 16	p. 153-168	1º semestre/2001
-------------	-----------	-------	------------	------------------

Introdução

Um dos riscos presentes nos principais estudos que criticam a ideologia da globalização é a ausência de propostas alternativas. A falta de perspectivas, o ceticismo e o exagero de alguns desses críticos tornam quase inócuas, ou até mesmo nocivas, as tentativas de refutação do ideário neoliberal “globaltotalitário” do pensamento único (Estefanía, 2000) ou do “*ethos*”¹ da globalização.

Cumprido esclarecer ao leitor que o conceito de “*ethos*” utilizado neste artigo pode ser entendido, em acepção baseada em Küng, como a universalização de um “consenso básico referente aos valores vinculantes, às normas inalteráveis e às atitudes pessoais básicas, consenso sem o qual toda sociedade, mais cedo ou mais tarde, passa a estar ameaçada...” (Küng, 2001, p. 188-189). Como este “consenso universal” não se realizou por meio do ideário neoliberal de globalização nem do pensamento único globaltotalitário, utiliza-se neste artigo a palavra *ethos* entre aspas. Entende-se que um *ethos* enquanto consciência ética universal (*Weltethos*)² ainda não se constituiu, ou está por se constituir por intermédio da luta pela preservação da Declaração dos Direitos Humanos da ONU e por uma globalização solidária em escala planetária.

Para se contrapor ao viés ideológico neoliberal, que defende a inevitabilidade da globalização, faz-se necessário conhecer as “teses” ou postulados teóricos do discurso que alimenta o ideário deste pseudo “*ethos*” globalista.

Este trabalho tem por objetivo desmitificar, a partir de uma perspectiva geoeconômica, alguns dos argumentos utilizados pelo pensamento único contemporâneo sobre o atual processo de globalização. Para alcançar tal intuito, divide-se em cinco partes de investigação:

1. interpretações ou correntes teóricas da globalização: analisa três importantes trajetórias interpretativas do processo de globalização atual;

1. A palavra *ethos* é definida por alguns dicionários como: a. “característica comum de um grupo de indivíduos pertencentes a uma mesma sociedade” (Koogan/Houaiss, 1998); b. características de espírito, moral, valores, idéias, crenças e cultura de um grupo ou de uma comunidade. *Ethos* revolucionário; o livro captura exatamente o *ethos* inglês elizabetano”. (*Oxford Advanced Learner’s Dictionary*, 1989).

2. Segundo KÜNG: “‘Consciência ética universal’ (em alemão: *Weltethos*, literalmente ‘*ethos* mundial’) não significa, portanto, ‘ética do mundo’, no sentido de uma bem determinada doutrina filosófica ou teológica sobre as atitudes, valores e normas morais, mas quer dizer a atitude moral básica do homem, considerado individual ou coletivamente. A palavra grega ‘*ethos*’ é na verdade pouco usada, com exceção da língua alemã, como também a palavra ‘mundo’ (*Welt*) não se deixa associar a ‘*ethos*’ numa palavra composta com a mesma facilidade com que isso ocorre no alemão, onde com toda naturalidade se fala de ‘*Weltgeschichte*’ (história universal), ‘*Weltpolitik*’ (política mundial), ‘*Weltwirtschaft*’ (economia mundial) e ‘*Weltgesellschaft*’ (sociedade mundial). Para ‘*Weltethos*’ se usa de preferência:

- no francês: ‘*éthique planétaire*’,
- no espanhol (e no português): ‘ética mundial’,
- no italiano: ‘*etica mondiale*’,
- no tcheco: ‘*svetvý étos*’ ...

Mas seja ‘*world ethic*’ ou ‘*global ethic*’, seja ‘*éthique planétaire*’ ou ‘ética mundial’ – o que decide não é a palavra escolhida, em última análise o que interessa é a coisa em si. No alemão, assim como se fala de ‘*Weltethos*’ ou do ‘*gemeinsames Menschheitsethos*’ (‘*ethos* comum da humanidade’), também se pode falar do ‘*globales*’, ‘*universales*’ ou ‘*planetarisches Ethos*’ (ethos ‘global’, ‘universal’ ou ‘planetário’)” (2001, p. 187-188).

2. espaço local e economia global: examina o papel desempenhado pelo espaço local no processo atual de globalização da economia capitalista;
3. mentiras e mitos da globalização: critica e questiona as argumentações ideológicas que colocam o processo atual de globalização da economia capitalista como um imperativo inevitável, para o qual não há alternativa ou saída;
4. reformas duradouras e “realistas”: oferece algumas sugestões que podem contribuir para a promoção de reformas de longo prazo, visando restabelecer o respeito e a primazia dos valores sociais;
5. caminhos e alternativas à destruição não criadora e desregulamentativa: analisa a “*débaçle*” ou esgotamento mundial das principais formas de regulação e regulamentação social, e a incapacidade do processo de globalização de promover alternativas para a construção de um período de prosperidade e bem-estar social entre os países centrais e periféricos.

Interpretações ou correntes teóricas da globalização

A ausência de um consenso sobre a origem da globalização e as dificuldades de formulação de um conceito científico, produto de investigação e do conhecimento sistemático do fenômeno, conduzem a um embate entre interpretações e discursos identificados com concepções sociais de mundo. A grande maioria dessas interpretações visa, ideológica ou filosoficamente, oferecer um conjunto de alternativas para enfrentar ou se adaptar à globalização e aos desígnios da competitividade.

Após um longo e exaustivo levantamento bibliográfico, com o objetivo de identificar as principais vertentes teóricas que estudam o processo de globalização, foi constatada a existência de três importantes correntes que, entre várias outras, cumpre destacar:

1ª – *A globalização como estratégia das empresas globais*

Sedimentada pelo professor Michael E. Porter (1993), da Harvard Business School.

Segundo Porter, não são as nações, e sim as empresas globais que definem as estratégias de localização das atividades econômicas nos países. Pode-se afirmar, com base em tal assertiva, que as empresas globais são os novos sujeitos do processo de localização das atividades econômicas das nações. Para esse autor, as empresas globais buscam componentes e materiais por todo o mundo e localizam suas atividades aproveitando-se dos fatores de baixo custo, formando alianças com empresas em outros países para ter acesso a essas vantagens. O investimento direto estrangeiro e o capital fluem internacionalmente para as nações que dispõem de bom crédito e vantagens específicas de fatores.

A globalização das indústrias e a internacionalização de empresas proporcionam, para Porter, um paradoxo. As nações estão perdendo importância na definição do desempenho estratégico de suas empresas. Para conseguir obter condições vantajosas de fatores,

devem realizar mudanças nos regulamentos governamentais, evitando criar restrições à entrada de capitais através de barreiras comerciais ou aumentar a regulamentação dos seus mercados financeiros; devem desvalorizar a moeda e conter gastos excessivos; devem ampliar a competitividade das empresas nacionais retirando subsídios e incentivos às empresas não-competitivas. Assim, o papel dos governos neste novo cenário da globalização seria o de se ajustarem ao novo paradigma organizacional das empresas globais, promovendo a constituição de uma escala de fatores favoráveis ao desenvolvimento das vantagens competitivas nacionais.

Nesta perspectiva, a globalização coloca-se como um imperativo para o desenvolvimento econômico das nações.

2ª – A globalização como mundialização do capital

Orientada pelo professor francês François Chesnais, economista especialista em economia mundial e inovação tecnológica, que leciona na Universidade de Paris 13, Villetaneuse.

Segundo esta corrente, a origem ideológica do termo globalização, popularizado pela mídia internacional, está vinculada às Business Schools dos Estados Unidos, que o empregavam para designar o processo de liberação dos mercados mundiais que permitia a expansão da influência dos grupos financeiros da economia internacional, considerados os atores principais deste processo de desregulação.

Para Chesnais (1996) o termo latino *mundialização*, livre do viés ideológico contido no termo globalização, melhor se aplica para explicar os mecanismos de estruturação e valorização do capital produtivo e financeiro no âmbito internacional. Na fase atual de acumulação capitalista, uma parte do capital produtivo separa-se do conjunto do capital e valoriza-se como capital financeiro. Este processo, hoje generalizado, vem se configurando como um impasse estrutural ao conjunto da reprodução lógica do sistema capitalista. O capital financeiro, constituído autonomamente e desvinculado do lastro real da produção, emerge como uma nova forma de capital, fictícia e simulada.

3ª – A globalização como processo histórico antigo

Legada pelos influentes estudiosos ingleses Paul Hirst e Grahame Thompson. O primeiro é professor de Teoria Social no Birkbeck College, Londres; o segundo é professor de Economia da Open University, Londres.

Para Hirst, não há nenhuma novidade em utilizar o termo globalização para designar o atual processo unificador de crescimento do comércio e do investimento internacionais. Este processo, segundo ele, remonta a 1870 e não à atualidade.

Entretanto, o atual processo de globalização, iniciado nos anos 80, possui características diferenciadas das três fases de globalização anteriores. A primeira, denominada *belle époque*, estendeu-se de 1870 a 1914, com crescimento médio do comércio e da produção

ao redor de 3,5%; a segunda, de 1950 a 1973, considerada o grande *boom*, teve crescimento médio do comércio e da produção ao redor de 9,4%; e a terceira, de 1973 a 1979, caracterizou-se pela liberalização generalizada dos movimentos de capitais, pela desregulação dos mercados financeiros nacionais e pela adoção de taxas de câmbio flutuantes, com crescimento médio do comércio e da produção ao redor de 9% . A característica principal da fase atual da globalização é sua forte capacidade destrutiva e desestabilizadora da economia mundial.

O discurso da globalização tal como vem se consolidando ideologicamente tende, segundo Hirst, “a destruir a vontade política de buscar os meios para manterem-se a produção, o emprego e a equidade social nos países de industrialização avançada, prejudicando seu desempenho econômico de longo prazo”.

A partir dos anos 80 ingressamos em uma fase de rápida ampliação do mercado mundial e dos investimentos diretos estrangeiros. Todavia, o atual sistema econômico internacional está mais vulnerável e instável, e pode conter os elementos cada vez mais imprevisíveis da crise, dado o extraordinário crescimento do capital volátil sem lastro com a produção real.

Entretanto, para Hirst:

“O perigo atual é que a crença de que a economia global é ingovernável poderá levar ao fatalismo e à rendição, isto é, a render-se às panacéias preconizadas pelos mercados financeiros internacionais e pelas ricas elites nacionais. O perigo das políticas atuais é que elas favorecem a riqueza nos países desenvolvidos, em detrimento da ampla classe média, e favorecem a Comunidade Européia e um pequeno número de países em desenvolvimento bem-sucedidos, em detrimento dos pobres da África, América do Sul e Ásia” (1998, p. 120-21).

O espaço local e a economia global

Sobre este tema, cumpre destacar algumas questões importantes: a) o que pensam alguns pesquisadores sobre a atual relação entre o espaço local e a economia global?; b) será que o espaço local perdeu sua importância em relação à globalização?; c) qual o papel que o espaço local cumpre no âmbito da nova economia da globalização?

Estudiosos tendem a admitir que a economia global subtrai as relações econômicas no espaço local, ou seja, o espaço local quase já não consegue mais exercer qualquer controle político sobre as atividades e a “hipermobilidade” (Sassen, 1999, p. 43) dos fluxos criados pela economia global, ou mesmo sobre setores-chave da economia.

Para Manuel Castells a economia global é uma nova realidade histórica, diferenciada da economia mundial que se consolidou a partir do processo de acumulação de capital em todo o mundo ocidental, desde o século XVI. A diferença básica reside na enorme capacidade que possui a economia global de funcionar de forma unitária em tempo real, em escala planetária (Castells, 1999, p. 111). A força integradora da economia global é susten-

tada pelos avanços propiciados pelas tecnologias de informação e de comunicação, no final do século XX.

Numa perspectiva analítica um pouco diferente, Saskia Sassen afirma que a globalização pode ser decomposta em termos de locais estratégicos onde os processos globais se materializam e das ligações que os unem. Para a autora, esta constatação evidencia uma geografia peculiar da globalização e revela o fato de que a globalização não é um evento planetário que engloba todo o mundo (Sassen, 1999, p. 45).

Mas as diferentes formas de representação da identidade social presentes no espaço local, como a língua, a cultura, a alimentação, a música, a religião, os padrões de consumo, tendem a sucumbir à lógica hegemônica da globalização. Mesmo as formas de resistência e de reafirmação da identidade local são absorvidas ou adaptadas pelos atores da economia global. As relações sociais locais não são inteiramente homogeneizadas pela economia global, entretanto as diferenças de constituição do ser identitário das relações sociais presentes nos espaços locais, “exóticas ou não”, são adaptadas como produtos na realização econômica dos atores globais.

Em algumas cidades, a economia da globalização consolida processos de estruturação de mercados financeiros globais e investimentos estrangeiros diretos, criando assim espaços de interseção do global com o local (Sassen, 1998). Esses “espaços”, que denominou transnacionais, estão localizados em territórios nacionais, controlados por Estados nacionais. Exemplos típicos são as zonas de processamento das exportações, os centros bancários *off-shore*, os novos mercados financeiros globais e as cidades globais. A localização dos espaços transnacionais em territórios nacionais define a atual fase da economia mundial, também denominada economia global.

Os processos globais afetam a estrutura social local das cidades, alterando a organização do trabalho, a distribuição dos ganhos, a estrutura de consumo e criando novos padrões de desigualdade social urbana.

Ao contrário do que fora previsto por alguns pesquisadores e analistas, o espaço local não perdeu sua importância com o desenvolvimento das telecomunicações e das indústrias de informação. *Pari passu* a dispersão das atividades econômicas da globalização, as cidades adquiriram novas formas de composição do capital e de centralização territorial, associadas aos novos arranjos de gerenciamento e comando operacional dessas atividades em escala planetária. Segundo Saskia Sassen:

“Os mercados nacionais e globais, bem como as operações integradas, requerem lugares centrais, onde se exerça o trabalho de globalização. Além disso, as indústrias da informação necessitam de uma vasta infra-estrutura física que contenha nós estratégicos, com uma hiperconcentração de determinados meios. Finalmente, até as mais avançadas indústrias de informação possuem um processo produtivo. (...) Assim, quando as telecomunicações foram introduzidas em larga escala em todas as indústrias adiantadas, na década de 1980, vimos as regiões centrais, onde se concentram os negócios nas grandes metrópoles e centros empresaria-

riais internacionais do mundo – Nova York, Los Angeles, Londres, Tóquio, Frankfurt, São Paulo, Hong Kong e Sydney, entre outros —, atingirem uma densidade como jamais existiu” (1998, p. 13)

Ao enfatizar em demasia o papel que as telecomunicações e a tecnologia de informação desempenham na localização das atividades econômicas dos altos circuitos do capital, alguns analistas quase negligenciaram ou fizeram “vista grossa” à dimensão espacial da globalização econômica, distorcendo a compreensão do papel exercido pelas grandes cidades na fase atual da globalização.

O lugar representado pelas cidades tem importância fundamental na prestação de serviços para certos tipos de atividades e funções da economia mundial transnacional. Tanto a dispersão das atividades como a integração global estão baseadas na concentração da gestão econômica e no controle da propriedade, contribuindo para o fortalecimento do papel estratégico das cidades globais. Estas, que durante séculos foram centros do comércio mundial e da atividade bancária, na atualidade também são:

“(1) pontos de comando na organização da economia mundial; (2) lugares e mercados fundamentais para as indústrias de destaque do período atual, isto é, as finanças e os serviços especializados destinados às empresas; (3) lugares de produção fundamentais para essas indústrias, incluindo a produção de inovações. Várias cidades também preenchem funções equivalentes em escalas geográficas menores, no que se refere a regiões transnacionais e subnacionais” (Sassen, 1998, p. 16-7).

Portanto, o espaço local, representado pela cidade global, possui uma importância estratégica na economia e na cultura das corporações transnacionais. Preenche os requisitos basilares do processo de desenvolvimento da economia globalizada, com serviços especializados e atividades industriais fundamentais para a integração do capital global, na era da informação. É no interior das grandes cidades que os processos de globalização adquirem concretude (materialidade) e se localizam.

Mentiras e mitos da globalização: mitos ou fábulas?

Alguns autores preferem destacar as falácias e os vieses do discurso sobre o processo de globalização. Milton Santos afirma que essas formulações são fábulas (Santos, 2000); Gerald Boxberger e Harald Klimenta (Boxberger e Klimenta, 1999), de forma mais enfática, preferem chamá-las de mentiras. Outros autores, como Robert Went (1997), Paul Hirst (1999) e Samir Amin (1999), chamam de mitos ou ideologias as projeções que foram efetuadas a respeito da globalização. O consenso que prevalece entre os críticos da globalização competitiva é que o discurso de “alvorecer de uma nova era” transmitido pelos ideólogos do neoliberalismo não corresponde à realidade.

Existem vários mitos sobre a globalização. O primeiro é o da anterioridade do processo como evento histórico, que se sobrepõe e governa a economia mundial. Com base neste argumento muitos autores afirmaram que nenhuma economia nacional conseguiria escapar ou fugir do imperativo da globalização.

O paraíso da globalização, que estenderia os frutos dos avanços da tecnologia e dos investimentos externos diretos dos países ricos às economias em desenvolvimento, não se efetudou, ao contrário do que foi previsto. Todas as receitas prescritas para efetivar o processo de adaptação ou “ajuste” destas economias à era da globalização não surtiram o efeito esperado e, pior, agravaram as contradições já existentes na “saúde” econômica e social desses países. As causas de tal agravamento fazem parte da receita globalizante: privatizações de atividades produtivas e de serviços de utilidade pública; desregulamentações nas relações de trabalho; políticas de “austeridade” e contenção de despesas públicas; instituição do Estado mínimo; programas de isenção fiscal em benefício de segmentos representativos do capital especulativo transnacional e financeiro.

Contestando a idéia de que a globalização exige uma presença reduzida ou mínima do Estado, Bob Jessop, fundamentado em Poulantzas, argumenta:

“Reconstruindo o esquema de Poulantzas, sugeri que a relação entre a internacionalização e o Estado nacional mudou em vários aspectos decisivos desde que ele fez as suas análises. Em primeiro lugar, algumas das funções particulares tecnoeconômicas, estritamente políticas e ideológicas do Estado nacional estão sendo realocadas noutros níveis da organização estatal. Referi-me a este processo como a desnacionalização da condição estatal. Em segundo lugar, algumas das funções particulares tecnoeconômicas, políticas e ideológicas anteriormente ou atualmente desempenhadas pelo Estado nacional têm sido crescentemente partilhadas com, ou totalmente deslocadas para, outros atores políticos, arranjos institucionais ou regimes (paraestatais ou privados). Referi-me a esse processo como deslocamento do governo à governança. Em terceiro lugar, em consonância com os argumentos do próprio Poulantzas, o contexto internacional da ação estatal doméstica adquiriu um significado maior para os aparelhos nacional, regional, local; e os seus campos de ação para propósitos domésticos se expandiram até o ponto de incluir uma extensa lista de fatores e processos extraterritoriais ou transnacionais. Todas essas três tendências estão associadas a uma redefinição parcial das funções particulares do Estado” (1998, p. 41).

Imposta pela ditadura dos credores e constituída pelas instituições financeiras multilaterais (FMI, Banco Mundial, BID), a subordinação econômica e política das esferas públicas de desenvolvimento social dos países em desenvolvimento está praticamente inviabilizando a construção de alternativas mais solidárias de promoção do desenvolvimento social. No caso do Brasil, as políticas de ajuste econômico definidas pelas instituições multilaterais levou ao colapso da matriz energética. Os impactos desses receituários se traduzem numa realidade fria, crua e perversa de agravamento dos problemas sociais e

de transferência do excedente social criado pela sociedade para a esfera do interesse empresarial transnacional.

A face cruel do processo de globalização está em sua concretização e materialização social. Para além da forma abstrata do discurso, ela é o espelho dos resultados das ações que o discurso pregava. A materialidade, e não apenas as representações do discurso, deve ser revelada, destacada e enfatizada: desemprego e desregulamentação das relações de trabalho; desacionamento do Estado do bem-estar social e agravamento das questões sociais; má distribuição de renda e concentração da riqueza material da sociedade em poucas mãos; globalização da pobreza e da violência social; exclusão social. No Brasil, o governo Fernando Henrique Cardoso fez uso de 5.076 medidas provisórias para levar a termo um conjunto de políticas liberalizantes e desregulamentadoras de ajuste econômico. O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), que ajudou a privatizar mais de 104 instituições financeiras brasileiras (Pires, 2000, p. 50), e o Plano Nacional de Desestatização (PND) são exemplos de políticas públicas implementadas pelo Estado Nacional para a consecução do processo de desregulamentação.

Reformas duradouras e “realistas”

A inserção das economias nacionais dos países emergentes na globalização liderada pelos países centrais revelou-se prejudicial e arriscada, por ter agravado sua já precária situação econômico-social.

Entre as alternativas apresentadas, do ponto de vista de reformas, foram identificadas duas vertentes. A primeira trata da movimentação e da falta de regulamentação dos fluxos financeiros; a segunda propõe mudanças no âmbito das relações de trabalho, visando à melhoria das condições sociais e à alteração do quadro de desemprego estrutural promovido pela precarização dessas relações.

A primeira vertente, influenciada pelas idéias do economista francês François Chesnais, sugere que as reformas que tratam da movimentação e da falta de regulamentação dos fluxos financeiros devem promover a implementação de um sistema de tributação sobre fluxo de capital, pois perto de 1,5 trilhão de dólares circulam sem regulamentação todos os dias nos mercados financeiros. Deste montante, apenas 5% são relativos a serviços e trocas de bens e 95% à pura especulação financeira.

O descontrole sobre a movimentação desses capitais, o descaso sobre sua natureza e procedência, além das práticas pouco confiáveis articuladas nos mercados financeiros, movidas por uma racionalidade voltada para a obtenção incessante e cega de lucro, põem em xeque a estabilidade e a capacidade soberana das nações emergentes de decidir sobre suas políticas econômicas e sociais.

François Chesnais sustenta que a taxa concebida pelo economista estadunidense James Tobin, no início da década de 1980, pode minimizar os impactos produzidos pelos fluxos

especulativos sobre os países com mercados e estruturas financeiras frágeis e suscetíveis a ataques e variações nos fluxos de capitais. A função da Taxa Tobin seria tributar os fluxos de moedas estrangeiras em 0,5%, possibilitando sua maior regulação.

O caráter de volatilidade desses capitais seria reduzido e os investimentos de curto prazo seriam desestimulados, porque a captação de lucros advinda desses investimentos seria limitada pela tributação. Esse processo de regulamentação tributária só teria êxito se fosse aplicado no âmbito dos grandes mercados de capitais dos blocos econômicos regionais (Nafta, Mercosul, Euro, Asean). O sistema de taxação reduziria o poder dos mercados de capitais em relação aos Estados Nacionais.

A tributação de 0,5% sobre 75 trilhões de dólares anuais criaria uma receita adicional de 150 bilhões de dólares por ano para as instituições multilaterais (Banco Mundial, FMI e Nações Unidas) encarregadas de efetuar o socorro aos países emergentes. Estas instituições teriam mais força para promover políticas preventivas sustentáveis de controle e de estabelecimento da governança global, voltadas para fins preferencialmente sociais.

A movimentação especulativa geraria, no sistema de tributação concebido por Tobin, recursos para os países que sofreram ataques especulativos. Mesmo assim, corre-se o risco de ampliar a função dos paraísos fiscais como refúgios para o capital especulativo global e de atribuir poder em demasia às instituições financeiras multilaterais. Apesar dos pontos positivos da proposta apresentada por James Tobin, é preciso empreender reformas que atuem não apenas sobre a esfera do fluxo de moedas estrangeiras nos mercados financeiros, mas que ofereçam alternativas favoráveis ao desenvolvimento social.

Neste sentido, a segunda vertente tem como preocupação a promoção de reformas na estrutura social dos países emergentes, considerando as diferenças e peculiaridades desses países.

As reformas propostas a seguir referem-se à implementação de políticas alternativas que possibilitem a formação de uma sociedade com menos desigualdade na distribuição de renda e que também promovam a elevação no padrão de vida dos grupos sociais prejudicados com as atuais políticas de flexibilização das relações de trabalho e perda dos benefícios assegurados pela legislação.

Caminhos e alternativas à destruição não criadora e desregulamentativa

Maria da Conceição Tavares, em seu livro *Destruição não criadora*, parafraseou metaforicamente a expressão designada por Joseph Alois Schumpeter – “destruição criativa” – para revelar a face negativa e contraditória do processo de inserção da economia brasileira na globalização. Segundo esta ótica, o processo de desregulamentação das relações de trabalho, das relações econômicas e comerciais entre as nações reforça a subordinação do contrato de trabalho à lógica do mercado, cujos valores limitam-se à busca incessante por lucros.

A premissa principal da globalização neoliberal é a obtenção de rendimentos de curto prazo. Para cumpri-la, faz-se necessário reduzir ao mínimo as barreiras aos investimentos dos megaspeculadores. O “excesso” de instituições estatais e de legislação trabalhista, constituída em contratos coletivos de trabalho com as organizações sindicais, desfavorece a rentabilidade das empresas e deve ser eliminado. Segundo Víctor Flores Olea e Abelardo Mariña Flores, no livro *Crítica de la globalidad*, o objetivo é estimular o desmonte da rigidez da regulamentação das relações de trabalho e do compromisso entre capital e trabalho, para aumentar a margem de lucro dos grandes investidores. Para Olea e Flores,

“A desregulamentação da atividade econômica tem servido, a si mesma, como fundamento para os amplos processos de privatização que, sob o pretenso objetivo de acabar com a ineficiência estatal, resultaram na abertura de novas opções de acumulação, ainda que à custa do bem-estar da maioria da população” (1999, p. 232).

Um forte discurso em favor da desregulamentação das relações econômicas entre as nações tem sido apregoado pelas principais instituições multilaterais globais, que recomendam em seus planos de ajuste econômico: a) menos intromissão do Estado e mais privatização; b) menos barreiras, menos cargas tributárias; c) mais abertura econômica e comercial.

Uma análoga reverência à pseudo-racionalidade e às virtudes do mercado foi evocada no final do século XIX, no período de expansão do imperialismo europeu, a *Belle Époque* (1870-1914). Por trás do discurso de que o mercado é capaz de se auto-regular existem estratégias e atores internacionais, vinculados aos interesses das grandes empresas transnacionais, que buscam assegurar a posição de hegemonia econômica das nações líderes na atual conjuntura de crescimento mundial do capitalismo.

No início do século XX, os acontecimentos mundiais evidenciaram uma tendência oposta aos princípios de exaltação da capacidade auto-reguladora do mercado. Foi o momento da eclosão das revoluções “socialistas” – soviética e chinesa –, que propunham a substituição do modelo capitalista de cunho liberal por um modelo econômico planificado, no qual os planos de produção seriam geridos diretamente pelo Estado-empresa. Iniciava-se assim a forma de regulação socialista, através do socialismo soviético, cujo líder difusor foi a antiga União Soviética. Nesta forma de regulação, o Estado seria o principal ator político a definir os investimentos e caminhos a serem trilhados principalmente no campo da economia. Os planos quinquenais, que estipulavam a produtividade máxima permitida em um período determinado, foram exemplos típicos deste modelo.

O Estado soviético tinha como meta promover uma socialização dos bens produzidos internamente, ou seja, o socialismo soviético não pretendia construir bases que visassem o lucro imediato, tão almejado pelos empresários e investidores capitalistas. O objetivo era redistribuir da forma mais igualitária possível a produção interna. Por oferecer uma alternativa contrária ao capitalismo, a difusão da proposta socialista tornou-se bem aceita pelas nações periféricas.

As bolsas de valores, no início do século XX, eram o símbolo do investimento e da lucratividade imediata, elementos necessários para legitimar a lógica do mercado perante a sociedade e os demais Estados nacionais. Entretanto, em 1929 os Estados Unidos sofreram a crise especulativa da Bolsa de Nova Iorque. O fato prejudicou ainda mais a imagem de prosperidade econômica a que o capitalismo liberal se associava. Comprovava-se que a falta de regulação ou regulamentação não fora capaz de garantir as bases sólidas para um desenvolvimento sustentável.

Como alternativa ao período desfavorável do sistema capitalista, foi criada por Franklin Roosevelt uma outra forma de regulação que se contrapunha ao modelo soviético: o *Welfare State*. Por este novo modelo, o papel do Estado voltou a ser fortalecido, agora como regulador de diversos empreendimentos e responsável por um programa de governo que priorizasse e assegurasse benefícios sociais. A justificativa para essa emergente preocupação social era a tentativa de amenizar os prejuízos ocasionados pela crise de 1929, e também evitar a ameaça de uma expansão do socialismo. Assim, o *Welfare State*, nos Estados Unidos, começou a ser estruturado privilegiando o compromisso social que fora negligenciado pela forma de regulação liberal do final do século XIX.

Nos países periféricos, a forma de regulação vigente variou. Alguns, como Cuba, adotaram o regime socialista. A maior parte manteve a estrutura capitalista, porém com características diferentes daquelas criadas nos Estados Unidos. Em países como o Brasil e a Argentina, deu-se início ao nacionalismo populista, sendo mantida uma postura política de valorização do Estado nacional, mas acima de tudo transformando-se o líder político (Vargas, Perón) em símbolo do progresso daquele Estado-nação, em responsável pelos benefícios implementados. Pode-se afirmar que garantias trabalhistas foram concedidas, como a legalização dos sindicatos. Porém estes atores sociais não desfrutavam de autonomia política e acabavam sempre subjugados aos interesses dos governantes.

Apesar de promoverem benefícios sociais, essas três formas de regulação ou regulamentação – socialismo, *Welfare State* e populismo – não se sustentaram indefinidamente. Com a progressiva e constante revolução da microinformática, denominada Terceira Revolução Industrial, novas tecnologias passaram a ser utilizadas, transformando as formas de gestão de empresas e países. Segundo Anthony Giddens, em *Mundo em descontrolo*,

“o comunismo soviético, com sua ênfase na empresa dirigida pelo Estado e na indústria pesada, não podia competir na economia eletrônica global. De maneira semelhante, o controle ideológico e cultural em que a autoridade política comunista se baseava não podia sobreviver numa era de mídia global” (1999, p. 24).

Dessa maneira, o que se observa é que as mudanças decorrentes da Terceira Revolução Industrial e a organização dos países em blocos econômicos, visando à cooperação entre nações para garantir a concorrência internacional, possibilitam a retomada de antigos valores. A difusão de tecnologias e práticas em um novo ciclo de ascensão do capita-

lismo provoca a volta da ameaça de liberalização da economia, diminuição da atuação política e econômica do Estado e a busca ilimitada por lucros de curto prazo.

De acordo com o “novo” cenário do capitalismo mundial, o comércio inteiramente livre de regras é apresentado como uma condição irrestritamente necessária ao desenvolvimento global. Segundo o discurso neoliberalizante, que busca legitimar e justificar as práticas atuais de desregulamentação da economia e dos próprios Estados Nacionais, a racionalidade do mercado, por si só, promoveria, a longo prazo, melhorias na vida de todos os grupos e países participantes, ricos ou pobres.

Entretanto, é preciso que se perceba que há uma contradição intrínseca no discurso e na lógica do mercado. Em primeiro lugar, esta lógica, adotada como critério para as decisões empresariais, visa apenas a obtenção de capital a curto prazo. Fica assim impossibilitado o comprometimento destes empresários para com seus funcionários, visto que os benefícios concedidos a eles são caracterizados como enclaves a uma maior captação de rendimentos. Em segundo lugar, o mercado não é capaz de promover a distribuição de recursos para os membros da prática globalizante porque o capital se mantém restrito nas mãos de uma pequena elite financeira e política, repleta de valores capitalistas e individualistas. Porém, a contradição mais absurda é cometida por essa mesma elite, como já ressaltou Hans Küng em *Uma ética global para a política e a economia mundiais*:

“Não é o consumo de luxo que decide a longo prazo sobre a qualidade de uma situação econômica, mas sim uma melhor infra-estrutura, uma maior segurança, um mundo ambiente intacto, e (...) os trabalhadores com melhor formação, nos quais é preciso investir” (1999, p. 312).

Da mesma forma que o discurso liberal da *Belle Époque* e suas consequências não promoveram a longo prazo a estabilização da economia e seu crescimento amplo, as práticas do mercado não regulamentado de hoje, ditadas pelos organismos multilaterais e cumpridas pelos governos nacionais, não resultarão no desenvolvimento sustentável e também não amenizarão a situação de precarização estrutural da sociedade.

As iniciativas de realização de fóruns sociais mundiais voltados para a constituição de uma perspectiva societária de globalização solidária, assim como a disseminação de *softwares* livres de código aberto (LINUX/GNU) representam a implementação de novos rumos e formas alternativas de desenvolvimento cooperativo e soberano. Restabelecem estratégias sociais, empreendidas pela sociedade mundial organizada, contra a globalização da nova economia, desenvolvida em plataformas tecnológicas de *softwares* proprietários, cujo monopólio pertence à empresa Microsoft. O desenvolvimento cooperativo de *softwares* livres pela sociedade mundial organizada poderá quebrar a espinha dorsal em que se assenta a nova economia globalizada, a plataforma Windows.

Bibliografia

- AMIN, Samir. *El capitalismo en la era de la globalización*. Barcelona: Paidós Estado y Sociedad, 1999.
- BOXBERGER, Gerald, KLIMENTA, Harald. *Dez mentiras da globalização*. São Paulo: Aquariana, 1999.
- CASTELLS, Manuel. *Fim de milênio*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeiro e programa mínimo. *RSBEP*(1), p. 7-34, 1997.
- _____. *Tobin or not Tobin*. São Paulo: UNESP, 1999.
- CIBERGEOGRAFIA: ensino, pesquisa e tecnologia. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.cibergeo.org>. Arquivo capturado em maio de 2001.
- ESTEFANÍA, Joaquín. *Contra el pensamiento único*. Madrid: Suma de letras, 2000.
- GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrol: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- HIRST, Paul. Globalização: mito ou realidade. In: FIORI, José Luiz. *Globalização: o fato e o mito*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.
- JESSOP, Bob. A Globalização e o Estado Nacional. *Crítica marxista*, n. 7, p. 9-45. São Paulo, Xamã, 1998.
- KÜNG, Hans. *Uma ética global para a política e a economia mundiais*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- OLEA, Victor Flores, FLORES, Abelardo Mariña. *Crítica de la globalidad: Dominación y liberación en nuestro tiempo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- PIRES, Hindenburgo Francisco. Reestruturação inovativa e desregulamentativa do bancos no Brasil. In: *6º Encuentro de Geógrafos de América Latina*, artigo gravado no CD-Rom do Encontro. Buenos Aires, 1997.
- _____. Reestruturação inovativa e reorganização das instituições financeiras do setor privado do Brasil. *Revista Geouery* 2, p. 65-79. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.
- _____. Globalização, privatizações e fluxos financeiros na Era do Real. *Revista Ciência Geográfica*, VI vol. (15), p. 47-54. Bauru: Janeiro/Abril, 2000.
- _____. Globalização financeira no Brasil, “ethos” e “mitos” do pensamento único na América Latina. In: Simpósio do Congresso da FIEALC: *Latino américa ante los desafíos de la globalización*. Item 3.2. Desarrollo en espacios periféricos emergentes de América Latina. Moscou: junho de 2001.
- PORTER, Michael E. *A Vantagem Competitiva, das Nações*, Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- _____. SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

- SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- _____. Os espaços da economia global. In: OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de (org.) *Globalização, regionalização e nacionalismo*. São Paulo: UNESP, 1999. p. 43-67.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Destruição não criadora*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- WENT, Robert. *Globalization: Myths, Reality and Ideology*, [online] Disponível na Internet via WWW. URL: http://aidc.org.za/archives/gl_myth_reality.html. Arquivo capturado em maio de 2001.

RESUMEN

Este artículo es parte del proyecto de investigación “Tecnología de la Información aplicada a la enseñanza en Geografía”, desarrollada para la continuación de los cursos de extensión a distancia: “Globalización: Mitos y Realidades en Debate en la Geografía”, financiado por la Vicerectoría de Extensión de la Universidad del Estado Río de Janeiro – SR3/UERJ e por el Centro de Educação Superior do Estado do Rio de Janeiro – CEDERJ: http://www.educacaopublica.rj.gov.br/menucentral/mc_curs_oficinas.htm. Esta parte del curso tuvo el intuito de analizar e desmitificar algunos argumentos utilizados por el pensamiento único actual sobre el proceso de globalización contemporáneo, a partir de una perspectiva geoeconómica.

PALABRAS-CLAVE

Geografía – Ethos – pensamiento único – globalización – ideología – mito.

ABSTRACT

This article is part of project: “Information Technology Applied to Geography”, this project is being applied to professors and professionals in Geography area, to develop extension courses for distance learning : “Globalization, Myths and Realities on to Geographic Debate”. This project are support for Extension Vice Chancellor of Rio de Janeiro State University – SR3/UERJ and support for Rio de Janeiro State Superior Education Centre – CEDERJ: http://www.educacaopublica.rj.gov.br/menucentral/mc_curs_oficinas.htm. The objective is to analyse and to demyth some arguments utilized by “unique thought” in nowadays about contemporary globalization process, through a geoeconomic perspective.

KEY WORDS

Geography – Ethos – unique thought – globalization – ideology – myth.

Recebido para publicação em 9 de junho de 2001.

O ensino de Geografia como uma hermenêutica instauradora

Nelson Rego
Dirce Maria Antunes Suertegaray
Álvaro Heidrich

Professores nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia,
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Correio eletrônico: Dirce Suertegaray – suerte.ez@terra.com.br

Correio eletrônico: Nelson Rego – pggea@if.ufrgs.br

Correio eletrônico: Álvaro Heidrich – lica@adurgs.ufrgs.br

Resumo

O artigo apresenta-se estruturado através de um diálogo para melhor comunicar a dimensão dialógica sobre a qual ele reflete, que é a rede de práticas desenvolvidas nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no que se refere à relação geografia/educação em práticas extensionistas. A geografia e o ensino de geografia são propostos como uma hermenêutica, no sentido de que uma hermenêutica pode ser entendida como um sistema de conceitos que se definem na relação entre si e que, em seu conjunto, aplicados à análise de um texto, são capazes de enunciar aspectos desse texto inacessíveis a uma leitura restrita ao nível do apenas imediatamente manifesto, sendo que o sistema interpretativo acaba por definir o próprio entendimento do que seja texto, para além do que usualmente entendemos como sendo textos propriamente ditos. Exemplos: os sonhos, as linguagens corporais, a arquitetura. O texto interpretado pela geografia é o espaço geográfico. A geografia e o ensino de geografia são também propostos, mais especificamente, como uma hermenêutica instauradora, no sentido de que a interpretação não encontra apenas um ponto final na interpretação do objeto, mas também um ponto inicial – propositivo, desejante – para a intervenção transformadora na relação com o objeto. Três exemplos diferenciados de práticas são expostos e debatidos.

Palavras-chave

Geografia – educação – rede dialógica – hermenêutica.

Terra Livre	São Paulo	n. 16	p. 169-194	1º semestre/2001
-------------	-----------	-------	------------	------------------